



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



210

HABEAS CORPUS Nº 0203278-4
COMARCA: RECIFE
VARA: QUINTA CRIMINAL
IMPETRANTES: ANTÔNIO DANTAS FERREIRA NETO
 SUELENE SÁ DA SILVA ALMEIDA
PACIENTE: MARCELO SILVA DOS SANTOS
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
 ASSUNÇÃO
PROCURADOR: DR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PROCESSO PENAL — HABEAS CORPUS
LIBERATÓRIO. ROUBO QUALIFICADO.
CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NEGATIVA DE AUTORIA.
INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA EM FACE DA
NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO APROFUNDADA DE
PROVA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS.
IRRELEVÂNCIA. MODUS OPERANDI REVELADOR DE
PERICULOSIDADE DO PACIENTE. SEGREGAÇÃO
CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.
INTELIGÊNCIA DO ART. 312 DO CPP. COAÇÃO
INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA POR DECISÃO
UNÂNIME.

I — Negativa de autoria. Mister se faz a análise do conjunto probatório, sendo inviável na presente via.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



211

II – Não há que se falar em direito à liberdade provisória quando presentes os requisitos justificadores da prisão preventiva, sendo a medida recomendável para garantir a ordem pública, não importando as condições subjetivas favoráveis do Paciente. Trata-se, outrossim, de preso em flagrante delito e crime grave que causa insegurança na sociedade. **Coação inexistente. Ordem denegada por decisão unânime.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0203278-4, no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

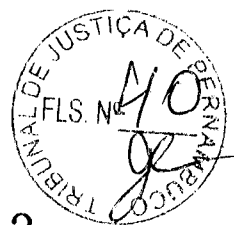
Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto

M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



212

HABEAS CORPUS Nº 0203278-4
COMARCA: RECIFE
VARA: QUINTA CRIMINAL
IMPETRANTES: ANTÔNIO DANTAS FERREIRA NETO
SUELENE SÁ DA SILVA ALMEIDA
PACIENTE: MARCELO SILVA DOS SANTOS
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
PROCURADOR: DR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus*, na modalidade liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelos advogados Antônio Dantas Ferreira Neto e Suelene Sá da Silva Almeida, em favor do Paciente **Marcelo Silva dos Santos**, qualificado nos presentes autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca do Recife, em face do processo de nº 001.2009.132011-0.

Aduzem os Impetrantes que o Paciente padece de constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) é inocente da prática delitiva; e b) faz jus ao benefício da liberdade provisória e direito de aguardar solto o decorrer do processo, tendo em vista o preenchimento dos requisitos elencados no art. 310, § único, do CPP, sobretudo, considerando as condições subjetivas favoráveis do Paciente, quais sejam, primariedade, bons antecedentes, família constituída e residência fixa.

M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

213




Às **fls. 21/23** do caderno processual, consta indeferimento da liminar pleiteada em decisão da lavra do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio.

Informações do Exm^o. Juiz de Direito da 5^a Vara Criminal da Comarca do Recife, às **fls. 27/29**.

O Procurador de Justiça, em matéria criminal, **Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti**, opina às **fls. 32/34** pela denegação da ordem requerida.

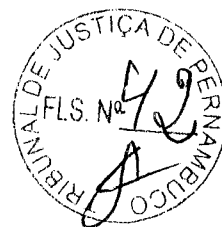
Em resumo. É o relatório.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



214



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0203278-4
COMARCA: RECIFE
VARA: QUINTA CRIMINAL
IMPETRANTES: ANTÔNIO DANTAS FERREIRA NETO
SUELENE SÁ DA SILVA ALMEIDA
PACIENTE: MARCELO SILVA DOS SANTOS
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
PROCURADOR: DR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante no dia 20.08.2009 e denunciado em 03/09/2009, juntamente com dois indivíduos, pela prática delitiva prevista no artigo 157, parágrafo 2º, incisos I e II, ambos do CPB (Roubo qualificado), por ter adentrado na loja "Sofia presente" e após anunciar o assalto, portando arma de fogo, subtraiu uma bolsa contendo a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Inferre-se dos autos pelas informações da autoridade dita coatora, bem como, em pesquisa realizada pelo acompanhamento processual disponibilizado por este Tribunal – Judwin, que após parecer do Ministério Público indeferindo o pedido de liberdade provisória, o Magistrado *a quo* negou o referido pleito, paltando-se, sobretudo, na gravidade do delito e na crescente criminalidade existente em nossa capital, que é considerada a mais violenta do país, asseverando, ainda,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

215



que a segregação cautelar do Paciente faz-se necessária como garantia da ordem pública.

Feitas essas considerações, passo à análise do presente *Habeas Corpus*.

Quanto à negativa de autoria aventada pelos Impetrantes na exordial, requer dilação probatória o que, na presente via eleita, se torna incabível a análise deste pleito.

Em relação ao pedido de liberdade provisória, cabe observar que o Paciente foi autuado em flagrante delito e reconhecido pelas testemunhas presenciais logo após a prática delitiva, sem olvidar, ainda, conforme relato da autoridade dita coatora, que o Paciente confessou a prática delitiva afirmando, inclusive, a sua participação delitiva que era a incumbência de fugir com a bolsa que continha o dinheiro, o que demonstra a existência do crime e indício suficiente de autoria. Além disso, como bem dito pelo Juiz de 1º grau, o crime por ele perpetrado é considerado grave e causa nas pessoas, ora vítimas, a sensação de insegurança e impotência, requerendo do Estado uma providência no sentido de restaurar a ordem pública abalada cada vez que um delito dessa natureza ocorre.

Vale ressaltar que não é apenas a gravidade do delito que demonstra a necessidade de segregação cautelar. O *modus operandi* da empreitada criminosa demonstra a periculosidade do Paciente, que se juntou a outros dois elementos, utilizando arma de fogo, assaltou



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

216



estabelecimento comercial, colocando em risco, além da vítima, diversas pessoas, posto que se trata de local de acesso ao público.

Isso posto, certo é que não prospera o pleito de liberdade provisória requerida pelo Paciente, registrando-se que as condições subjetivas favoráveis por ele alegadas não elidem, por si sós, a custódia cautelar, quando presentes os requisitos autorizadores da medida, no presente caso a garantia da ordem pública, sendo salutar mantê-lo preso preventivamente.

Por oportuno, trago à colação o seguinte entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

"Deve ser negado pedido de liberdade provisória ao réu que pratica roubo qualificado, pois é delito grave e revela periculosidade do agente, justificando a manutenção da custódia como garantia da ordem pública, sendo irrelevante a primariedade, os bons antecedentes, a residência fixa e a ocupação lícita".
(RTACRIM 48/356).

Ante as considerações expostas, as quais tenho como elementos para a minha convicção, considero não haver qualquer ilegalidade ou abuso de poder que justifique a concessão do presente



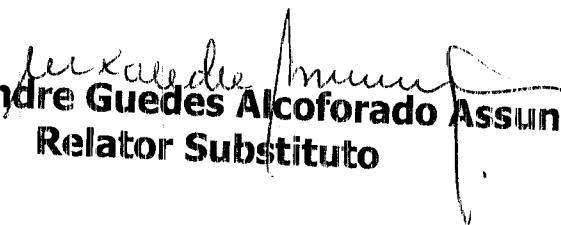
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

217



remédio constitucional, pelo que, esta relatoria **vota denegando a ordem.**

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto